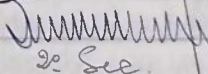


que penulara o concurso Público. Prosseguindo, disse ter proibido lembrar ao Presidente da Câmara, em exercício que Vereadores como Mário Mendes, Wilmar Abonturo, Luiz Mocho, Dires Barroso e o Prefeito Olair Correia haviam exercido a Virgindade, não constando que tenha havido baderna ou bagunça no legislativo. Prosseguindo, pediu permissão para discutir necessariamente verbal a Presidência para encerrar o ser prestar esclarecimentos a Casa, um representante da CERS, sobre a questão da fatura de energia no Município, sobre o grande número de reclamações da população. Quanto a questão do transporte alternativo, sugeriu que fosse formado uma Comissão de Vereadores para conversar com os interessados, para a busca de uma solução, na medida em que era imprescindível que fossem identificados os topiqueiros realmente de Cabo Frio, e assim com outros detalhes fosse também uma solução para o Excmo, no que encerra sua fala. Penhorando na direção dos trabalhos o Senhor Presidente Vilas Rodrigues Pinto, disse que acolheria o requerimento verbal do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Trindade e assim fosse encaminhado pela Secretaria do Poder da Presidência para a Diretoria da CERS Arquivando pela Ordem o Vereador Raimundo Arcanjo Filho, sugerindo que o Diretor ou Diretores da CERS comparecessem a Câmara com intérprete. Nada mais havendo a fazer, o Senhor Presidente encerra a presente sessão em nome de Deus. E, para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação renúncia, aprovada, sua arquivada para que produza seus efeitos legais.


2º Sec.

Ata da Vigésima Sexta Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia (25) vinte e cinco de maio do ano de (1999) mil novecientos e noventa e nove.

Ata depois lida no dia (25) vinte e cinco de maio do ano de (1999) mil novecientos e noventa e nove, sob a Presidência

finda em exercício do Vereador Silas Rodrigues Neto e como ocupação do
primeira Secretaria "ad hoc" pelo Vereador Gray Benedito Arcanjo Filho, reunio
se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso, responderam
a chamada regimental os seguintes Vereadores: Antônio Bessa de Figueiredo, An-
tônio Carlos de Carvalho (cidade), Augusto Salvador Miranda de Carvalho, Edson
Silva Paagalháez, Antônio Pinheiro Guimarães, Jânio dos Santos Ben-
des, Rómulo Pinheiro da Silva Filho, Maria Auxiliadora Ramos Rômica, Valcy do
Amorim do Silva, Waldir Cavalcante de Aguiar Neto e Elmar Monteiro. Havendo
número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão
em nome de Deus. A seguir, foi lida e aprovada a seguinte Ata: Ata da Vigésima
Sexta Sessão Ordinária do primeiro período legislativo. A seguir, o Se-
nhor Presidente em exercício, após o cumprimento do rito regimental solicitou
ao Senhor Primeiro Secretário "ad hoc" o livro do Expediente que constou elo
regime. O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro, assunto: Con-
vite ao Povo para a comemoração do 2º An-
iversário da Lei nº 009/99 de autoria do Vereador Gustavo
Gustavo Pinheiro Pinheiro, assunto: Denominação da Biblioteca Martins, Ru-
a situada na Rua dos Ourãos, localizada em frente ao portão principal
e ao lado do de São, Bairro Jardim Esplanada, requerimento nº 052/99
de autoria do Vereador Gray Benedito Arcanjo Filho, assunto: Requerimen-
to para a instalação de um telefone comunitário para a Estrada Medeiros
de Aguiar, próximo a Escola Municipal Professor Osvaldo Santa Rosa, Bar-
rio Guri, Indicação nº 090/99 de autoria da Vereadora Maria Auxiliadora
Ramos Rômica, assunto: Solicito ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal, obra
de pavimentação na Rua Virgílio, Parque Real, Indicação nº 091/99 de auto-
ria da Vereadora Maria Auxiliadora Ramos Rômica, assunto: Solicito ao
Exmo. Senhor Prefeito Municipal, obra de pavimentação e manutenção
das ruas de São, Bairro Jardim Esplanada a lúbia do Expediente, o Senhor
Presidente em exercício pronunciou o Sinhão do Madrepé inscrito. Como
primeira Ordem do dia, supor o livro do Vereador Elmar Monteiro le-
vando em conta o processo de privatização de empresas estatais no Brasil,
afirmando que tal prática não nociva aos interesses da Nação. Disse que
sendo exemplos da negligência da privatização e para em Cabo Frio, dando

como exemplo o BRASÍLIA, cujo chefe de na época e Chamé, e ainda, a cidade
 linderia ao plano social estendendo-se para comunidades carentes, e que não
 se exigia obrigação do Poder Público. Entretanto, eleger o dependentes do serviço
 no do Recato federal a lei dos Banheiros, quando ocorreu um amplo debate da si-
 tuação quanto a atuação do Governo, e, em proximamente respostas conside-
 rações trazendo um paralelo entre dívida externa, dívida interna, e seus deveres
vinculados junto a população. Falou da situação dos Banheiros que jamais ho-
riam violados imposto de venda, divida interior, e exterior, e deixar bônus
de reais em impostos, e se pago o Brasil não teria problemas financeiros. No
 plano do Município disse que os Banheiros não pagavam ISS, como de costume em
 todo Brasil, faz uma discrepância que classificava como "falso", notícia de
interesse público. Dirigiu apelo aos Vereadores para que pode analisada
 a possibilidade dos Banheiros serem obrigados a quitar ISS aos cofres do
Município, matéria que era polêmica, mas, aberto era um alerta, porque
 o estadão então pagava todos os impostos. Falou da possibilidade de
 ser privilegiada a atividade social, mas um abuso que seria cometido
 pelo Governo Federal, caso se consumasse, falando da importância de brun-
mente financeiro gerado pela mesma grande em alguns Municípios, como Rio
Niterói, chegava a superar o repasse do FPM, entre outros exemplos.
 Se que abordava tais assuntos porque a culpa era de todos, antes tal estado
de coisa no Brasil, na medida em que os representantes do povo eram não
escolhidos, lembrando que Cabo Frio em toda sua história ainda não conse-
guira eleger um deputado federal, por sua importância no cenário político
do Estado. Deu a seguir, a época em que Vereador dava um busão nos
estacionamentos privados dos Banheiros em Cabo Frio, antes contatos man-
dos com o UNIRAS em Brasília, de esse órgão recebera toda a legislação
decente, e assim era necessário que o político tivesse motivação para
curar o caso público. Em relação a questão do transporte alternativo, disse
que o mesmo havia que ser regulamentado, antes o grande número de
autos unidos de outros Municípios na mesma condição, quando em rela-
ção de qualificação no quadro que se formava, havendo o direito do trabalhador,
e assim havia certeza de que o Estado era encontrar uma solução, existindo
 o compromisso de se encontrar um número de autos para tal finalidade.

Disse que com o retorno do Prefeito Olav Correa, o assunto de vans seria equacionado, elogiando a forma pacífica e educada como os proprietários de vans se comportaram no cenário da Câmara. Finalizou colocando em destaque a situação dos Banhos quanto ao não pagamento de 195 e ainda, a possibilidade de haver cartel de arrend de combustíveis em Cabo Frio, questões em que estava empenhado juntamente com os demais Vereadores. Quando continuando aos trabalhos o Senhor Presidente Elias Rodrigues Pinto requisitou a presença do Senhor Jorli, da Assembleia de Deus, sede de Jardim Esperança. A seguir, o Senhor Presidente transferiu os trabalhos para o Ordem do Dia. Nesta etapa foram aprovadas as seguintes matérias: encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei nº 009/99, aprovado o requerimento nº 052/99 e as indicações nºs 090/99 e 091/99. Terminada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos ao segmento de discursos para a Explicação Pessoal. Ocupou a tribuna em Explicação Pessoal o Vereador Finio dos Santos Mendes falando inicialmente que para o atual governo mais valia um muro pintado do que o estomago de uma criança. A seguir, disse ter dado entrada no Ministério Público de Documento contendo mais de sessentas assinaturas contestando a lei que regulava os contratos públicos do Município, no caso a lei que concedia prerrogativa por mais cinquenta anos a Empresa Auto Viação Balnearia sem a licitação. Prossequindo, falou da determinação do Prefeito colocando a Guarda Municipal para proteger os pontos de ônibus da concessionária Auto Viação Balnearia, e ao longo do Canal do Itaipu, para reprimir as vans, não tendo homens suficientes a Prefeitura havia colocado os netos, não sabendo se a filaria de copos iria conformar a rotula do ponto ou se iria até o diviso com São Pedro de Aldeg ou Arcaial do Cabo, e assim estavam felizes os fornecedores dos cones. Afirmou que se a política do Governo Municipal era aquela, teria que edocar cones em todas as ruas públicas de Cabo Frio, porque o povo estava fazendo opção por transporte alternativo, se exigindo uma reflexão das autoridades do Município, no que encerrou sua fala. A seguir, ocupou a tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Manoel João da Silva Filho, observando para registrar nos anais da Casa de Câmara do Regimento Interno a pesquisa de

Cultura Segura para inauguração do Centro de Desenvolvimento Tricidádico, na
 sexta-feira dia 28 no Rua Beninha Lawico nº 09, próximo a Rodoviária. Disse
 que o acontecimento representava a adequação do movimento Seguro para os pro-
 pósitos que se abriam com o terceiro milênio, abandonando o discurso de insti-
 tuição e partir para uma ação concisa com inúmeros projetos a serem desenrola-
 dos junto as diversas instituições Governamentais e não, em todas as esferas
 e também na área privada. Disse que o primeiro projeto, já em fase de elaboração
 seria "Gancho para a Educação" com a proposta de reforço escolar, através de
 quarenta professores em quatro bairros do Município, atendendo principal-
 mente as crianças com dificuldades em todos os níveis. Propôs telegrá-
 ma recebido pelo Vice Governador, Senhora Benedita da Silva, congratulando
 o movimento pela inauguração da nova sede e lamentando não poder com-
 parter, colocando-se a disposição para qualquer parceria ou ação conjunta.
 Calou a seguir das novas diretrizes do movimento (abertura de pesquisa
 da Cultura Segura, marcadas por atos importantes na esfera social com relação
 a questão das armas, disse que a discussão não era para aplausos ou ira
 como se referiu o Vereador Adilmar Monturo, mas, uma discussão séria,
 sendo elogiável o comportamento dos que integraram o movimento do han-
 porte alternativo. Disse que em suas reflexões sobre a questão, chegava a con-
 cluir ser necessário que o Governo do Estado do Rio, de forma definitiva envia-
 se a Assembleia Legislativa sobre o caso, regulamentando, e assim, adotam
 parâmetros para que soluções chegassem aos Municípios. Disse que o grande
 número de veículos no transporte intermunicipal humilhava todo o processo
 e assim era urgente medida que resguardasse os direitos daqueles que des-
 paravam atuar ordenadamente no Município. Disse que em tal quadro era funda-
 mental que o Governo do Estado tomasse uma posição de imediato, porque da
 maneira como estava o quadro se agravava, se consolidando a ilegalidade
 por parte do próprio Estado. Disse entender a posição do Governador, não
 reprimindo por ser uma questão social, mas, se o Governo não tinha uma so-
 lução imediata que pelo menos o Governo adotasse uma medida provisória,
 e assim, obrigaria a um posicionamento dos Municípios no que envolveu sua
 Jula. O requer, apesar a futura exploração social, o Vereador Silas Rodrigues
 Gentil, suplantando inicialmente o subprefeito do Arraial Augusto Salvador Miranda

de Parolho no exercício do mandato, demonstrando inexecução do Espírito Público e com certeza seria eleito em próximo pleito ao trabalho desenvolvido em sua Comunidade. Respeitando, fez críticas ao Deban, falando que o interior do Estado estava sendo tratado de forma humilhante, sendo necessário que a Câmara Municipal tomasse providências junto ao Governo do Estado, através das Comissões técnicas e Comissão Especial para apurar os fatos. Respeitando, disse que os exames para habilitação eram divididos por prazos de 10 dias e 15 dias e assim nenhum eufemismo poderia ser dividido ao órgão em Cabo Frio. Disse que os candidatos iam para a fila às 10 horas da manhã, só saíam às quatro horas da tarde, um verdadeiro abuso contra o cidadão. Disse que alguma coisa estava sendo ocorrendo, pois não era possível tal estado de coisas, sendo necessário um basta em tal desperdício praticado pelo Deban, e assim, como para todos os servidores para tal serviço em defesa dos direitos dos cidadãos. Não havendo mais Oradores para o uso da tribuna em explicação verbal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E, para encerrar, mandou que se lancesse a presente Ata, que depois de lida, submetida à Apreciação Unânime, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

Ata da Vigésima Sétima Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio realizada no dia (27) ante e sete de maio do ano de (1999) mil novecentos e noventa e nove.

Às depois horas do dia (27) ante e sete de maio do ano de (1999) mil novecentos e noventa e nove, sob a presidência em exercício do Vereador Eduardo Corio Neto e com a participação do Primeiro Secretário "ad hoc" pelo Vereador Sr. Benedito Arcofio Filho, reuniram-se a Câmara Municipal de Cabo Frio. Após leitura e ratificação da chamada regimental os seguintes Vereadores: Adalton Pinto de Andrade, Aires